Revista Brasileira de Educação em Geografia
www.revistaedugeo.com.br
ISSN 2236-3904

REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA: alguns apontamentos

Glauber Barros Alves Costa
glauberbarros@hotmail.com

Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Professor do Departamento de Ciências Humanas VI - Caetité, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Iris Tamara Alves de Lima
tamara@hotmail.com

Graduada em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus VI - Caetité.

Ana Luiza Salgado Cunha
aninhaluizasalgado@gmail.com

Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Professora do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

RESUMO

O presente artigo é um recorte da pesquisa "O livro didático de Geografia: representações e materializações", desenvolvida na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus VI. Para esse artigo focamos nas questões de gênero, analisando livros didáticos e as concepções e ideias embutidas nos mesmos, especificamente analisamos as representações de gênero desenvolvidas nas teorias e imagens presentes na coleção Geografia: O Mundo em Transição, volume 1, 2, 3 da autoria de José William Vesentini. Para contribuir com a discussão e análise teórica utilizamos de autoras/es como Scott (1994 e 2000), Saffioti (1992), Pontuschka (1994) e Tonini (2002; 2013), entre outros. Como resultado observamos que no que se refere a representação de gênero e seu valor construído socialmente, o autor procurou introduzir nos conteúdos trabalhados nas unidades em que as questões sociais são fonte de análise, a representação e a participação da figura feminina como agente social decisivo, elencando desde as principais conquistas das mulheres no mercado de trabalho, e as lutas contra restrições machistas, até a valorização e importância dos movimentos feministas e a luta pela punição da violência contra mulher.

PALAVRAS-CHAVE

Livro didático, Gênero, Ensino de Geografia.

REPRESENTACIÓN DE GÉNERO EN EL LIBRO DE TEXTO DE GEOGRAFÍA: algunas ideas

RESUMEN

El presente artículo es un recorte de la investigación "El libro de texto de Geografía: representaciones y materializaciones", desarrollado en la Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus VI. Para este artículo enfocamos en las cuestiones de género, analizando los libros de texto y como concepciones e ideas hay en los manuales escolares, analizamos los aspectos de análisis de la representación de las diferentes formas de poder en las versiones e imágenes presentes en la obra, Geografía: O mundo em transição, volumen 1, 2, 3 de la autoría de José William Vesentini. Los marcos teóricos utilizados son Scott (1994 y 2000), Saffioti (1992), Pontuschka (1994) y Tonini (2002; 2013), entre otros. Como resultado, observamos que con respecto a la representación de género y su valor socialmente construido, el autor buscó introducir en los contenidos trabajados en las unidades donde los problemas sociales son la fuente de análisis, la representación y participación de la figura femenina como un agente social decisivo. enumerando desde los principales logros de las mujeres en el mercado laboral, y las luchas contra las restricciones machistas, hasta la valorización e importancia de los movimientos feministas y la lucha de las mujeres contra la violencia.

PALABRAS CLAVE

Libro de texto, Género, Geografía Enseñanza.

Introdução

Estratégica e fundamental para formação humana, a Geografia é uma ciência e uma disciplina escolar ampla e plural que perpassa o processo de ensino e de aprendizagem. Os livros didáticos de Geografia tem sido a base para processo de ensino e aprendizagem estabelecido nas instituições de ensino, e a ele é atribuída a função de promover análises a respeito dos processos da formação social, sendo que em suas teorias são apresentadas reflexões críticas sobre os mais variados temas desenvolvidos na e da Geografia. Nas escolas públicas brasileiras o livro didático é um dos recursos mais disponibilizados para o auxílio direto no trabalho docente, o que dá a ele caráter fundamental no processo de ensino e na formação dos cidadãos.

Conteúdos relacionados à Geocartografia, Geopolítica, Geoeconomia entre tantos outros, devem, com base nas orientações curriculares nacionais, ser desenvolvidos sobre concepções que promovam a emancipação dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem, levando-os a assimilar conhecimentos e tecer reflexões críticas, teoricamente fundamentadas e desenvolvidas. Entre os temas que oferecem base para

formação do conhecimento geográfico, principalmente no ensino médio, estão conceitos que devem ser considerados e desenvolvidos entre os referenciais teóricos específicos a essa ciência.

A representação de Gênero[1] é um desses conceitos, imprescindível para as reflexões promovidas nos conteúdos presentes no livro didático de Geografia, ora, frente a um posicionamento reflexivo a respeito de como a sociedade tem atribuído os papeis e as funções destinadas a figura feminina e masculina, ora, apresentando a resistência e as conquistas adquiridas e almejadas pela mulher frente as imposições de uma sociedade moldada por prescrições hierárquicas e patriarcais onde, "[...] o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas" (BOURDIEU, 1999, p. 23).
Trazemos Gênero como categoria de análise que remete a maneira de entender as relações sociais, é por meio dele que é possível a visibilidade das relações de poder materializadas pelos corpos, focando as percepções das diferenças sexuais que organizam o mundo (SCOTT, 1990). A diferença biológica, dada objetivamente entre os sexos, justifica a diferença de gênero e a diferença nas relações sociais. Apesar da existência de vários estudos superando a divisão binária, ainda não conseguimos pensar fora dela, mesmo que cientes de sua existência.

Baseado na importância delegada ao livro didático e na relevância dos conteúdos presentes no referido material pedagógico, esta pesquisa teve como objetivo promover uma análise a respeito da representação de Gênero desenvolvida nas teorias presentes na coleção Geografia: O Mundo em Transição, volume 1, 2, 3 da autoria de José Wlliam Vesentini, o que apresentamos aqui é um recorte de uma pesquisa mais ampla financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) a partir do programa de bolsas de Iniciação Científica da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). O projeto principal, intitulado "O Livro Didático de Geografia e a representação de Gênero, Negros e Nordestinos" teve vários resultados e aqui apresentamos mais um deles.[2]

[1] Trazemos aqui Gênero como categoria referente à construção social do sexo biológico, diferenciando a dimensão puramente biológica associada à natureza (sexo) da dimensão social e associada à cultura, à qual denominamos de Gênero.

[2] Outros resultados dessa pesquisa podem ser acessados na Revista Brasileira de Educação em Geografia, Campinas, v. 6, n. 11, p.323-340, jan./jun., 2016.

O livro didático no cenário educacional brasileiro: indagações pelo viés político-ideológico

Ao associarmos o ensino de Geografia promovido diariamente nas salas de aula das escolas públicas brasileiras, com a formação destinada a um número considerável de adolescentes e jovens, nos deparamos com inúmeros questionamentos que, quando analisados, contribuem significativamente para qualidade e legitimidade dos conteúdos transmitidos por tal disciplina. Entre os questionamentos debatidos e pesquisados no âmbito acadêmico, a estrutura, eficiência ou ineficiência do livro didático se configura como um objeto de pesquisa amplo e necessário, ao passo que este não se formula através da neutralidade, mas se caracteriza como um referencial construído através das dimensões de caráter social, político, econômico e cultural, consolidado no cenário educacional brasileiro como um material pedagógico garantido por algumas leis como a LDB 9394/96, artigo 4°, inciso VII ao afirmar que, "o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante garantia de atendimento do educando no Ensino Fundamental, por meio de programas suplementares de material didático [...]" (BRASIL, 1996, p. 3).

Sendo o livro um material didático, sua distribuição é de responsabilidade do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM), Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), esses, apesar das críticas sobre os investimentos feitos e os formatos de elaboração e avaliação, desempenham uma significativa contribuição destinada a educação brasileira, visto que se configuram como um dos programas caracterizados pelas fases de elaboração e organização avançadas, viabilizando desse modo a análise, escolha e distribuição de coleções para milhares de estudantes brasileiros.

O cenário educacional brasileiro está sujeito a múltiplas variedades de linguagens, que são pertinentes a mediação do conhecimento necessário para formação social e pedagógica dos alunos; todavia, essas em muito são utilizadas como complemento dos referenciais teóricos presentes nas publicações dos livros didáticos, usados de maneiras distintas, a depender da postura metodológica e reflexiva do profissional que o manuseia. Quando colocada em debate quais as reais funções de tal instrumento didático, tem destaque a crítica de que o livro se caracteriza apenas como um elo entre os fornecedores e consumidores, reforçando desse modo um cenário dicotômico de valorização e utilização do mesmo, gerando:

> O duplo aspecto do livro didático, o seu valor de uso social (instrumento de educação e de poder) e o seu valor de troca para o produtor, encerra, a nosso ver, uma contradição: ao Estado e às classes dominantes como um todo interessam manuais que reproduzam sua hegemonia, e às editoras interessam basicamente os lucros. E esses lucros dependem da receptividade dos professores (intermediários, nesse comércio, entre as editoras e os alunos) frente aos livros. Por isso, as tensões são constantes, entre todos os elos dessa corrente (o Estado, a editora, o professor e o aluno) (VESENTINI, 2008, p.30).

Nesse contexto o livro didático também desempenha diferentes funções embutidas tanto no controle estabelecido pelo Estado, quanto para direcionar o trabalho do professor, e materializar a qualidade de ensino para as famílias beneficiadas ou não pela educação escolar. A esse processo educacional, entre tantos papeis desempenhados no âmbito social, lhes é delegada muitas vezes a função de reprodutora da ideologia dominante, representada por um complexo sistema de afirmação da relação de poder e controle das ações desempenhadas pela sociedade pois, como ressalta Vesentini (2008), ao promovermos uma análise dos livros didáticos se torna possível identificar tais valores.

O referencial teórico desenvolvido nas coleções do livro de Geografia, são elaborados após um minucioso estudo sobre as questões norteadoras do saber geográfico, tais aspectos são materializados nas páginas dos livros através de uma estrutura textual e linguagens didáticas que possibilitem a compreensão do que se deseja ensinar. Na disciplina de Geografia os assuntos trabalhados em sala de aula, se relacionam ou se assemelham aos temas cotidianos vivenciados pelos alunos, esses possuem em suas mãos publicações de um material, que exprime e sistematiza tais construções e relações, referente a essa questão, dessa forma entendemos que, "[...] daí surge à importância de que os autores de livros didáticos também descubram formas atraentes de tratar assuntos relativos ao cotidiano dos alunos" (PONTUSCHKA, PAGANELLI e CACETE, 2007, p.343).

Desse modo é valido que questionamentos a respeito das temáticas transcritas nos livros através das explanações textuais e gráficas, sejam realizados, ora pelos próprios professores, ora, em pesquisas que tenham por intuito analisar a relevância ou ineficiência dos conteúdos presentes em tais publicações para a construção crítica dos estudantes perante muitas vezes o viés ideológico e político, presentes na realidade social e consequentemente embutidos em alguns livros didáticos. Como o que nos propomos aqui, com foco nas representações de Gênero especificamente nos livros didáticos de Geografia.

Representação de gênero materializada nas relações sociais

A participação e contribuição do ser humano como construtor de uma sociedade, física e geometricamente arquitetada, implementada por formulações ideológicas e políticas, resistiram por séculos e garantiram a evolução das aptidões, competências e intelectualidade do humano contemporâneo. Nesse sentido as necessidades, expectativas, e ambições são estampadas nas relações estabelecidas socialmente, através de alguns valores culturais, que ditam a conduta e os papéis impostos aos atores sociais, deixando evidente a desigual distribuição de funções ideologicamente formuladas, atribuídos através dos princípios hierárquicos e patriarcais, multiplicadas pelas relações de poder, e pelas classes dominantes,

> Esse efeito ideológico, produ-lo a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante. (BOURDIEU, 2001a, p. 11,)

São esses valores culturais que estabelecem os papeis, determinam funções, e estruturam as aptidões, construídas e forjadas através de uma ideologia reproduzida sobre as relações sociais e atribuições desiguais. Dentre as determinações e definições predispostas culturalmente, se estabelece a representação de gênero, tal conceito distingue o papel desempenhado pelo homem e pela mulher, e lança sobre esse, as correlações de subordinação, desigualdade e discriminação; ainda sobre isso,

> O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e mais, o gênero é uma forma primeira de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1994, p. 13,).

Essa relação de poder atribuídas as distintas características biológicas, presentes no físico do homem e da mulher, foi abstraído pelos valores sociais construídos historicamente e a esses atores foram distribuídas funções e representações específicas, justificadas pelos fundamentos ideologicamente construídos, ao qual foram delegados atributos e adjetivos de fragilidade, submissão e passividade a figura feminina, enquanto que no gênero masculino se caracteriza pela agilidade , resistência e dinamismo. Bourdieu (1999, p. 20) argumenta que:

> A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho [...] Dado o fato de que é o princípio de visão social que constrói a diferença anatômica e que é esta diferença socialmente construída que se torna o fundamento e a caução aparentemente natural da visão social que a alicerça, caímos em uma relação circular que encerra o pensamento na evidência de relações de dominação inscritas ao mesmo tempo na objetividade, sob forma de divisões objetivas, e na subjetividade, sob forma de esquemas cognitivos que, organizados segundo essas divisões, organizam a percepção das divisões objetivas.

Tais atribuições impostas às diferenças de sexo, se materializaram nas relações sociais, na rotina corriqueira, tarefas do cotidiano, nas relações de trabalho, nos princípios políticos, religiosos e culturais, sendo repreendidos aqueles que não se encaixam nessas imposições. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais já traziam essa discussão quando afirmavam que, "como exemplo comum pode-se lembrar a repressão das expressões de sensibilidade, intuição e meiguice nos meninos ou de objetividade e agressividade nas meninas" (BRASIL, 2000, p. 144).

A representação social pautada nos critérios de gênero, baseados nas características biológicas do sexo, é construída e reproduzida culturalmente, cada nacionalidade possui seu critério de distinção das funções desempenhadas pela figura masculina e feminina, mas o que prevalece é a ideia hierárquica de subordinação das posições atribuídas às atividades estereotipadas desempenhadas pela mulher. Considerando esse aspecto, as imposições direcionadas a representação de gênero conota outras tantas diferenciações preexistentes nas relações desenvolvidas socialmente, analisadas e destacadas por Marie-Victoire Louis, ao afirmar que;

> [...] haver pertencimentos de gênero, conflitos de gênero, consciências de gênero, discriminações de gênero, uma hierarquia de gênero, desigualdades de gênero, práticas de gênero, privilégios de gênero, relações de gênero, representações de gênero, papéis de gênero, sentimentos de pertencimento ao gênero... (LOUIS, 2006, p. 714)

Vale lembrar que Gênero não é sinônimo de sexo (masculino ou feminino), mas refere-se ao conjunto de representações que cada sociedade constrói para atribuir significados e características para cada um dos sexos, através da história. Bourdieu (1999, p. 17) evidencia que:

> A divisão entre os sexos parece estar "na ordem das coisas", como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas "sexuadas"), em todo o mundo social e, em

> estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação.

Esses determinantes em que a mulher foi e vem sendo submetida é o resultado de uma ideologia e construção cultural que legitima o masculino como superior com base na diferenciação biológica, que acaba por criar um contexto de hierarquia de poder. A construção do masculino e do feminino é mediada pela cultura, em que concepções e valores identificam características que formam a identidade de cada um. Assim sendo, todas as denominações, caracterizadas por estereótipos, valores e representações forjadas, praticadas através de uma construção simbólica das representações de gênero, são abstraídas e materializadas no convívio social, nas relações de trabalho, valores religiosos, étnicos, econômicos e culturais, reproduzidos nas esferas políticas, econômicas e educacionais.

Atribuições sociais destinadas à representação de gênero: teorias reproduzidas no livro didático de Geografia

O significado do livro didático para educação brasileira sempre esteve presente nas instituições de ensino fundamental e médio, como uma ferramenta de trabalho, um instrumento pedagógico e fontes de pesquisas, suas fundamentações teóricas evidenciavam o contexto político, econômico e cultural de cada período histórico, ao passo que sua sistematização acompanhavam as modificações e evolução do pensamento geográfico, e não menos importante, cada conteúdo evidencia o patriotismo, o domínio das classes hegemônicas e o poder do estado. O livro didático muitas vezes ganha a centralidade na sala de aula, por isso,

> É relevante destacar que o livro didático se constitui em um material importante, que direciona os professores com relação aos conteúdos que devem ser abordados em cada disciplina. Todavia, os docentes não devem ficar restritos apenas ao que esse propõe, devendo procurar outros meios e formas diferenciadas de passar os diversos conteúdos, buscando outras fontes de informação (COSTA e DANTAS, 2016, p.327).

Considerando as principais atribuições delegadas ao livro didático, bem como as temáticas desenvolvidas em cada conteúdo, sendo estes responsáveis por contribuir no processo de uma aprendizagem significativa, procuramos por meio desta pesquisa analisar como se materializa a representação de gênero nos livros didáticos de Geografia, tal análise se concentrou em investigar a coleção do ensino médio "Geografia em Transição" volume 1, 2 e 3, tendo como autor José William Vesentini, organizado pela

editora Ática no ano de 2010 em São Paulo e posteriormente sendo contemplada pelo governo federal como coleção a ser disponibilizada para o ensino de Geografia nos três anos seguintes.

O principal objetivo dessa coleção é desenvolver conteúdos que permitem conhecer o mundo em seu contexto atual e quebrar preconceitos, para tanto, conta com orientações pedagógicas fundadas no socioconstrutivismo e nas várias correntes teóricas da Geografia. O primeiro volume se concentra em trabalhar conteúdos relacionados aos principais conceitos norteadores da Geografia, para isso desenvolve um referencial teórico baseado na Geo-história, os conceitos da Cartografia, nos principais fundamentos da Geoeconomia e Geopolítica.

Considerando as obras cartográficas, o desenvolvimento econômico e as modificações sociais oriundas da revolução industrial, bem como a contribuição do Estado para construção do espaço, aliadas a nova ordem mundial, é fato que a sistematização desses assuntos são bem fundados e criticamente desenvolvidos, no entanto, quando se trata das atribuições relacionadas a representação de gênero, nota-se que os conteúdos referenciados tem a figura masculina como ator social de maior participação, principalmente no que concerne os referenciais que buscam analisar todo processo de desenvolvimento sócio-espacial do mundo atual.

O volume 1 da referida coleção, está munido de um referencial teórico com colocações que promovem uma reflexão e observações lógicas, coerentes e claras a respeito dos conceitos básicos da Geografia, dos processos e fases do qual o mundo atual tem enfrentado, tais temáticas são relevantes para análise da representação de gênero, visto que "a construção dos gêneros se dá através da dinâmica das relações sociais. Os seres humanos só se constroem como tal em relação com os outros". (SAFFIOTI 1992, p. 210). A

A respeito da participação feminina nesses processos o autor menciona as conquistas realizadas pelas mulheres ao citar sua presença marcante na carreira militar principalmente com as mudanças ocorridas no militarismo e na guerra, ao afirmar que; "Existe, então a necessidade de um número bem menor de militares, porém mais qualificados, daí a crescente incorporação das mulheres nas forças armadas". (VESENTINI, 2010 p.169). A análise dessa afirmação deixa evidente que o autor promove uma abordagem a respeito do papel e do espaço conquistado pela representação feminina em algumas funções antes delegadas prioritariamente às aptidões masculinas, que evidenciavam as concepções e práticas sociais direcionadas às;

> [...] combinações sucessivas [...] de mecanismos estruturais (como os que asseguram a reprodução da divisão sexual do trabalho) e de estratégias que, por meio das instituições e dos agentes singulares, perpetuaram, no curso de uma história bastante longa, e por vezes à custa de mudanças reais ou aparentes, a estrutura das relações de dominação entre os sexos (BOURDIEU, 1999 p. 101).

Por outro lado, as afirmações são breves e complementares, não é dada uma ênfase nas questões da qual o gênero feminino se faz presente, sendo que essa postura não se limita às referências teóricas, pois ficam evidentes nos recursos visuais apresentados nas gravuras, visto que, são impressas imagens da qual a personagem em evidencia é a mulher, no entanto sua participação não é mencionada na análise de tal recurso visual, como pode ser constatado na figura 1.

Figura 01 - Cartaz que mostra o aspecto da modernização na China



Fonte: Vesentini (2010, p. 151).

A referida imagem na figura 01, é utilizada no livro apenas como complemento para colocações teóricas a respeito da nova ordem econômica mundial, e sobre ela não foi atribuída qualquer adjetivo ou participação da mulher, ao passo que é deixado de lado a face feminina em destaque para se concentrar na figura masculina como foco de análise. Assim as distinções do masculino e feminino, socialmente construídas são materializadas desde as formas mais complexas como a divisão do trabalho e os estereótipos, até as mais corriqueiras manifestadas nas ações cotidianas.

A afirmação de uma inferioridade de cunho biológico não é algo novo, advindo

desde o século XIX onde estudiosos pautavam-se num discurso de fragilidade natural do sexo feminino, incluindo seu potencial reprodutivo como determinada para sua natureza passional e inteligência inferior à do homem. Porém, percebemos que tal discurso ainda é atual, basta atentarmo-nos a discursos cotidianos, nas ruas e na grande mídia. Bourdieu (1999) afirma que as instituições sociais como escola, Igreja, Estado e a família são as principais perpetuadoras destas concepções, tendo em vista que hierarquizam a relação homem-mulher, mantendo a ordem de dominação máscula.

O autor do livro didático poderia, por exemplo, ter analisado criticamente melhor a imagem ao falar da ideia de modernização da China e do uso da mulher como produto do ocidente para venda de produtos, a imagem e a discussão ficam desconexas também, não se sabe o que ele chama de moderno, se é o homem carregando uma criança ou a mulher ocidental no cartaz. E se for os dois, cabe o questionamento, porque um homem carregando uma criança seria considerado moderno? Dessa forma, a imagem incide em um estereótipo de masculino e feminino, pois;

> A ação de formação […] que opera esta construção social do corpo não assume senão muito parcialmente a forma de uma ação pedagógica explícita e expressa. Ela é, em sua maior parte, o efeito automático, e sem agente, de uma ordem física e social inteiramente organizada segundo o princípio de divisão androcêntrico (o que explica a enorme força de pressão que ela exerce). Inscrita nas coisas, a ordem masculina se inscreve também nos corpos através de injunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados. As regularidades da ordem física e da ordem social impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres…, assinalando-lhes lugares inferiores […], ensinando-lhes a postura correta do corpo…, atribuindo-lhes tarefas penosas, baixas e mesquinhas (BOURDIEU, 1999, p. 34).

Em relação a representação de gênero prescrita pela dominação imposta pelo homem e subordinação atribuídas às mulheres, preceitos que se tornam evidentes ao analisarmos as construções, transformações e transições operantes na sociedade atual, oriundas questões econômicas, políticas, demográficas enfatizadas pelo processo de globalização e regionalização, que em seu percurso desencadeou problemas materializados desde o convívio social, até as relações diplomáticas, percebe- se que tais questões são habilmente desenvolvidas no volume 2 da coleção em estudo, sendo que em seu desenvolvimento teórico o autor traz com maior evidencia a participação da mulher como figura atuante no processo de construção social.

As colocações em que são referenciadas o papel das mulheres, estão presentes nas reflexões a respeito da geodemografia, sendo que uma das justificativas apresentadas pelo autor concentra-se na inserção da mulher no mercado de trabalho ao afirmar que;

" [...] o trabalho da mulher fora de casa, resultado da urbanização e da maior igualdade entre os gêneros (homem e mulher) faz com que ter muitos filhos passasse a ser um problema" (VESENTINI, 2010 p.17). O autor constrói e apresenta a ideia de que a mulher alcançou o mercado de trabalho e ganhou espaços com a igualdade de gêneros, mas ainda fica implícita que a responsabilidade de não ter filhos está sob responsabilidade da mulher e não da sociedade capitalista.

Em outros trechos apresentados nas discussões teóricas, o referido autor também se concentra em analisar como a representação da figura feminina ocorre em função dos hábitos religiosos e étnicos, ressaltando que

> [...] com base no Alcorão o governo proibiu homens e mulheres de frequentarem juntos praias ou piscinas [...] nas escolas e universidades as mulheres devem sentar-se atrás dos homens durante as aulas e nunca olhar diretamente nos olhos do professor (VESENTINI, 2010 p.234).

Ainda acompanhando esse trecho podemos analisar e observar a figura 2 que apresenta os hábitos descritos.

Figura 02 - Casal de Iranianos frequentando a praia na ilha do Golfo Pérsico.



Fonte: Vesentini (2010, p. 235).

Ao apresentar a imagem da figura 02, e a partir do trecho descrito anteriormente, o autor avança nas discussões sobres os papeis de homens e mulheres na sociedade iraniana. É possível refletir sobre o avanço do livro didático ao abordar essa temática, ainda que não aprofunde sobre a discussão do direito à mulher sobre seu próprio corpo, não sendo seu corpo pertencente à uma determinação governamental. Como quando Bourdieu (1999) refere-se à dominação masculina como eixo da organização social, na qual os processos simbólicos eternizam referenciais que mantém essa relação ao longo da prática cotidiana, em diferentes campos que não necessariamente se referem a gênero. Há sempre questões voltadas ao binarismo, como princípio organizativo, que opera os jogos simbólicos e encontram-se sempre hierarquizados pelo princípio dessa dominação. O livro também faz referência às lutas e movimentos desenvolvidos pelas mulheres em nome da superação e resistência às imposições culturalmente construídas ao afirmar que " [...] existem movimentos de mulheres e jovens que lutam contra esses outros hábitos semelhantes, embora em geral eles sejam malvistos pela população e principalmente pelas autoridades" (VESENTINI, 2010 p.234).

Essa questão da resistência das mulheres frente às imposições desiguais atribuídas à representação de gênero ganha um destaque especifico no módulo 3, onde o autor desenvolve um capítulo exclusivamente destinado as essas análises, lançando mão de temas relacionados aos movimentos feministas a luta contra violência doméstica e as conquistas no mercado de trabalho. Os recursos visuais apresentados nas figuras 3 e 4 ilustram as teorias e questionamentos presentes no livro a respeito dessa temática.

Figura 03 - Cartaz contra violência doméstica .



Fonte: Vesentini (2010, p. 98)

Figura 04 - Movimento feminista em Nova York.



Fonte: Vesentini (2010, p. 125)

É possível afirmar que o livro analisado propõe reflexões sobre feminismo e sobre a luta das mulheres por igualdade, as figuras 03 e 04 demonstram isso. Não dá para ensinar temas da Geografia como Geografia da População, Geoeconomia, Geopolítica entre outros, sem perpassar por temas relacionados a Gênero e a luta das mulheres, visto que o espaço é constituído a partir das relações de homens e mulheres com a natureza. A construção de territórios e disputa de poderes está também ligada as lutas feministas, o autor aborda o tema de forma superficial, mas ao mesmo tempo adequada para um livro didático do Ensino Médio, sem tirar a autonomia do professor, que por sua vez caberá a ele problematizar e aprofundar no tema. Até porque como afirma Tonini (2002) o livro didático não deve ser um depósito de conteúdo, um lugar de autores e autoras registra conteúdos geográficos, mas é também um local de produção de significados.

Abordar o combate à violência contra a mulher, como na Figura 03 é fulcral no processo de ensino-aprendizagem de uma disciplina que trabalha diretamente com sociedade, política, território e cidadania, principalmente em se tratar de tal abordagem num dos países com maior índice de violência contra a mulher e feminicídio do mundo. Também, como na Figura 4, a referência direta à luta pela igualdade entre os gêneros, pauta central da luta feminista mundo afora, legitima a luta das mulheres por direitos e deveres de cidadãs perante uma sociedade democrática.

Tais atributos visuais e teóricos se concretizam através de teorias que possuem como base pensamentos como o pós-estruturalista, permitindo o rompimento de conceitos e práticas estereotipadas e patriarcais que promovem uma hierarquia entre as atribuições masculinas frente a feminina, acentuando os questionamentos a respeito da "Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista" (SCOTT, 2000, p. 203-204) pois, ainda segundo a autora, "o gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana" (SCOTT, 2000, p.89).

Bourdieu (1999) questiona como estão postas as formas sociais de dominação, com o intuito não de mudar o poder de lugar e, sim, discuti-lo construindo outros tipos de relações. Para isso é preciso sair do debate da divisão, desconstruindo a ideia de binarismo, como defendido por Scott (1990), encontrando novas possibilidades cognitivas e sociais, construídas e exercitadas na pratica social. Portanto, pensar na representação de gênero requer compreender como as estruturas sociais construídas através de conceitos e condutas regidas por fundamentos hierárquicos e patriarcais são materializadas no convívio social, nas relações de trabalho, valores religiosos, étnicos, econômicos e culturais, reproduzidos nas esferas políticas, econômicas e educacionais.

Considerações finais

Considerando que a coleção em estudo tem o intuito de desenvolver conteúdos que permitem conhecer o mundo em seu contexto atual e quebrar preconceitos, contando com orientações pedagógicas fundadas no socioconstrutivismo e na corrente pluralista da Geografia. Fica constatado com essa pesquisa que temas norteadores dos conteúdos relacionados tanto a Geografia Humana como Geografia Física que possibilitam desenvolver um conhecimento críticos e reflexivo sobre os mais variados temas de interesse da pesquisa geográfica, ganham espaço nas fundamentações teóricas presentes na coleção, Geografia: O mundo em transição.

No que se refere a representação de gênero e seu valor construído socialmente, o autor procura introduzir nos conteúdos trabalhados nas unidades em que as questões sociais são fonte de análise, a representação e a participação da figura feminina como atriz social decisiva, elencando desde as principais conquistas das mulheres no mercado de trabalho, e as lutas contra restrições machistas, até na valorização e importância dos movimentos feministas e a luta pela punição da violência contra mulher.

Ainda que com avanços consideráveis desde a origem e o fortalecimento do movimento feminista, pode-se dizer que a sociedade é organizada por binarismos, sendo a divisão sexual seu princípio fundamental de organização dividindo-a, primeiramente, com base na diferenciação entre o corpo do homem e o corpo da mulher, bem como dividindo papeis masculinos e femininos.

A dominação masculina é uma questão cultural, construída e imputada a ambos os sexos, com relação de igualdade à submissão da mulher: homem foi feito para trabalhar e dominar; a mulher, para obedecer e cuidar. Pontuar o machismo, para relembrá-lo historicamente, torna-se necessário para compreender a própria revolução e as conquistas alcançadas pelas mulheres. Sendo o gênero um elemento constitutivo das relações sociais organizadas sobre as diferenças, a noção de dominante passa a ser normatizada e naturalizada, dando um caráter comum as relações de dominação, gerando um tipo de consenso social.

Dessa forma, os três volumes da coleção de Geografia, desenvolvem em suas reflexões teóricas, um importante valor à representação de Gênero, ao passo que em cada volume, as análises sobre a referida temática se apresentam de forma mais completa e crítica, que somadas a prática docente, oferecem uma base para análises referentes as atribuições desiguais de se exercer o poder entre homens e mulheres materializadas nas

relações sociais. Importante lembrar que a coleção é uma dentre os muitos livros didáticos de Geografia disponibilizados pelo Brasil e que o preço da luta pela igualdade de gênero é a eterna vigilância e o combate aos sinais, sensíveis ou não, de (re)valorização da dominação masculina. As relações sociais são condicionadas, como condicionado é o processo educativo, por isso ressaltamos aqui a importância de livros didáticos de qualidade – social, política, étnica e de gênero – para uma educação geográfica de qualidade.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Introdução. Secretaria de Educação Fundamental (SEF). Brasília, DF: SEF, 1998a.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e base da Educação Nacional** – LDB. Brasília, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** pluralidade cultural e orientação sexual / Secretaria de Educação Fundamental. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

LOUIS, Marie-Victoire. Diga-me: o que significa Gênero? **Revista Sociedade e Estado**: Paternidade e Cidadania. Vol 21, no 3 set/dez 2006. Depto. De Sociologia/UnB. Brasília, 2006.

COSTA, Glauber Barros Alves & DANTAS, Débora Nunes. O livro didático de Geografia e as questões de gênero: algumas reflexões. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 6, n. 11, p.323-340, jan./jun., 2016.

PONTUSCHKA, N.N; PAGANELLI, T.I; CACETE, N.H. **Para ensinar e aprender Geografia.** Cortez Editora, 2007.

SAFFIOTI, H.I.B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.O. ; BRUSCHINI, C. (Orgs.) **Uma Questão de gênero**. São Paulo ; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SCOTT, Joan W. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre. 1990.

SCOTT, Joan W. Preface a gender and politics of history. **Cadernos Pagu**, nº. 3, Campinas/SP 1994.

SCOTT, Joan W. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. **Debate Feminista** - Cidadania e Feminismo, nº especial, 2000. (edição especial em português).

TONINI, Ivaine Maria. **Identidades Capturadas**: Gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros didáticos de Geografia. 2002. 139f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

Recebido em 30 de janeiro de 2019.

Aceito para publicação em 29 de novembro de 2019.